

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

Agrupamento de Escolas de Ferreiras

2021-2025

52ª Reunião

Esta ata contém:

6 Páginas | 5 anexos

---Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do professor Flávio Correia, reuniu o conselho acima indicado, com a presença dos elementos que constam na folha de presenças (anexo I), estando ainda presente o senhor Diretor, professor Victor Ferraz. -----

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação das assessorias técnico-pedagógicas da Direção;
3. Apresentação e votação do Projeto Educativo do Agrupamento;
4. Apresentação do Relatório Trimestral de Atividades referente ao primeiro período do ano letivo 2022/2023;
5. Análise e aprovação do Plano Anual de Atividades;
6. Outros assuntos.

---No **ponto um**, o Presidente questionou o Diretor sobre as obras nas várias escolas do Agrupamento e as novidades sobre as necessárias requalificações em algumas delas. Assim, foi-nos informado que o piso do pavilhão novo da Escola Básica Professora Diamantina Negrão está concluído, faltando ainda as marcações dos campos que, pela tinta especial usada, estão atrasadas. Quanto aos espaços exteriores ainda não há nada em concreto, apenas a intenção de urbanizar e arborizar a área circundante para uso recreativo dos alunos. No Jardim de Infância de Vale Carro a Educadora Fátima Antão confirmou que tem visto engenheiros na zona do portão e é preciso estarmos atentos às obras dos acessos aos condomínios vizinhos e na forma como deixarão o acesso ao portão do Jardim de Infância. Quanto ao aumento do Jardim de Infância de Ferreiras, a aquisição dos terrenos adjacentes ainda não está concluída, pelo elevado valor pedido e, embora esse valor já tenha baixado, continua-se à espera dos desenvolvimentos. Na Escola Básica de Primeiro Ciclo das Fontainhas, está-se ainda à espera de um contentor novo que dê resposta ao contínuo aumento de crianças. É, de facto, uma urgência a requalificação de praticamente todo o parque escolar do nosso Agrupamento, sendo que o Presidente de Junta informou que estão aprovados e previstos dezenas de mais fogos em Ferreiras centro e nas zonas habitacionais circundantes. O Diretor informou que, quanto à Escola Básica de Ferreiras, está já aprovada uma grande remodelação e alargamento com a construção de um novo piso junto à portaria para pelo menos mais dez salas, auditório e

biblioteca novos, alargamento da cantina, entre outras obras e construções. Informou ainda que se pretende a conclusão e apresentação do caderno de encargos muito em breve, estando a conclusão destas obras prevista para dois mil e vinte e cinco. No Jardim de Infância de Paderne está prevista a construção de uma nova sala. Por outro lado, a renovação do mobiliário do auditório da Escola Básica Professora Diamantina Negrão não tem data nem previsão para avançar pela Câmara Municipal de Albufeira, continuando este espaço, que seria a sala de visitas desta escola, impraticável para qualquer aula ou atividade. Aqui a Representante da Associação de Pais, Gabriela Santos, questionou a razão do fecho das casas de banho do edifício novo, com o Diretor a comprometer-se a ir saber da razão. Informou, ainda o Diretor, que estão previstos mais quatro ou cinco computadores para a sala de Informática desta escola. Quanto à assistência técnica na área da informática de que o Diretor referiu no final do ano letivo passado, esta ainda não foi autorizada por falta de verba, pelo que reparações e instalações no parque informático continuam a ser realizadas pelos professores com essas capacidades, Diretor incluído, o que continua a não ser a solução. Terminado este assunto de obras e melhoramentos, o Diretor foi questionado sobre se podia adiantar alguma decisão tomada no encontro de dia um de fevereiro na Câmara Municipal de Albufeira. O Diretor respondeu que foram abordados temas relacionados com o estado da Educação no país e no Algarve, sendo que nuns pontos estamos acima da média e em outros abaixo. Os resultados, no entanto, deveriam ter em conta a especificidade da nossa região, com cada vez mais alunos oriundos de países estrangeiros sobrelotando as turmas, baixando, por conseguinte, os resultados. Quanto à delegação de competências, o Diretor assumiu que ainda faltam ajustamentos a um bom funcionamento, principalmente porque a autarquia ainda não tem capacidade para implementar todas as competências recebidas. Um desses casos onde essa resposta tardia se nota é, por exemplo, na reparação ou substituição de material nas instalações das escolas, como foi apontado no Relatório Trimestral por parte da Coordenação das Escolas do primeiro ciclo, em que este serviço está a demorar imenso tempo, uma vez que as Juntas de Freguesias são responsáveis pela aquisição de material elétrico, por exemplo, mas são os funcionários da Câmara Municipal de Albufeira que o tem de aplicar ou realizar a reparação. Este novo sistema, que veio substituir o antigo em que as Juntas de Freguesia adquiriam e aplicavam/reparavam, tem resultado em longas demoras dos técnicos camarários em realizar o solicitado, mesmo depois do material adquirido. O Presidente da Junta de Ferreiras, Jorge Carmo, único representante autárquico presente na reunião, confirmou esta realidade, referindo ainda que os seus funcionários já foram chamados à atenção pelos seus colegas camarários quando os primeiros já tinham procedido a reparações ou substituições de lâmpadas ou fechaduras, por exemplo, o que torna esta situação muito pouco eficiente. O Diretor informou a este respeito que houve uma mudança de portal onde são inseridos os pedidos de reparação, passando a utilizar-se um e-mail único de manutenção, referindo ainda que esta situação é provisória e que está a ser preparado um novo portal, já adquirido, mais eficiente. O importante, obviamente, é que os problemas sejam resolvidos com maior celeridade, reforçando-se a importância das Coordenadoras de estabelecimento, na indicação dos problemas através do e-mail criado. -----

---Finalmente, ainda no ponto um, o Presidente pediu um esclarecimento referente aos serviços mínimos, uma vez que tem havido demasiada informação o que tem levado a diferentes interpretações. Assim, o Diretor informou que decretou já os serviços mínimos até dia vinte e quatro de fevereiro, data até quando está em vigor o pré-aviso de greve do sindicato STOP, para docentes e não docentes, estando os locais portaria, cantina e recreio designados como obrigatórios, não quantificando o número de não docentes afetos a cada lugar. Acrescentou ainda que todos os alunos, sem exceção, entram nas escolas e terão as aulas dos professores que não estejam em greve, contrariando uma outra interpretação de que, em dias de serviços mínimos, apenas entrariam os alunos referenciados pela CPCJ, alunos com necessidade de almoço na cantina e os alunos com necessidades educativas ou de apoio, incluindo a unidade de autistas. Assim, escola estará aberta, com a diferença de que os alunos não terão as aulas dos professores em greve. Constatou-se, no entanto, que, se um grande número de professores faz greve, haverá um aglomerado de alunos no recreio, sendo que poderá haver um risco de segurança com um anormal número de alunos sem aulas, sendo, por conseguinte, necessário que todo, ou praticamente todo, o pessoal não docente esteja ao serviço, concluindo-se, assim, que num dia de serviços mínimos todos o pessoal Não Docentes é necessário. -----

---No **ponto dois**, foram aprovadas por unanimidade as Assessorias técnico-pedagógicas da Direção (anexo II). -----

---No **ponto três**, depois de lido o Projeto Educativo (anexo III), foram colocadas algumas questões. Em primeiro lugar, tendo em conta que o contributo do pessoal docente para este Projeto foram os resultados da Avaliação interna que é realizada no final do ano letivo pela respetiva equipa, o Presidente solicitou que sejam disponibilizados esses resultados. De seguida, o Presidente questionou a razão para este Projeto estar com dados concretos no caderno I, nomeadamente o número de alunos deste ano ou o histórico de retenções no ano letivo passado. O Diretor esclareceu que este Projeto será revisto e atualizado no final de cada ano letivo, elaborando-se um Relatório a apresentar no último Conselho Geral de julho. Foi depois questionado se, quanto às reuniões de avaliação de final de período e intercalares, a ideia será mantê-las online ou voltar ao regime presencial e se, como está descrito na página dezanove, os Representantes dos Encarregados de Educação voltarão a poder estar presentes nas reuniões intercalares. O Diretor referiu que as reuniões de avaliação e intercalares serão online ou presenciais conforme a pertinência e o momento, sendo que a intenção é de realizar avaliações presenciais apenas no terceiro período, tendo em conta o grande número de docentes deslocados das suas terras de origem e famílias, facto a que o Diretor é sensível. Quanto à presença dos Representantes dos Encarregados de Educação nas reuniões intercalares, essa referência foi um lapso, tendo em conta que as experiências anteriores não trouxeram mais valias às reuniões pelas dificuldades que um pai/mãe tem em distinguir Representante de Encarregados de Educação e Encarregado de Educação de um aluno/a específico, o seu filho/a. Esclarecidas estas questões, um dos Representantes das Associações de Pais, Hugo Gonçalves, referiu que concorda com o Projeto Educativo apresentado, mas que

tem notado uma perda de importância nas instituições e apontou atropelos às hierarquias da escola, com muitos problemas que deveriam ser resolvidos em sede de Direção de Turma ou de Coordenação de Estabelecimento e serem levados diretamente à Direção. Acha ainda que a descentralização de competências deve ser promovida pela Direção, valorizando a resiliência dos Diretores de Turma e a sua competência para a resolução da grande maioria dos problemas dos alunos e respetivos Encarregados de Educação. O Diretor reconheceu que recebe qualquer Encarregado de Educação que procure a Direção, mas que delega de seguida nos respetivos Diretores de Turma as situações que são da sua competência. Mencionou ainda que tem de haver algum cuidado da delegação de tarefas, já que estes também são docentes, com muita sobrecarga decorrente da sua ação enquanto diretores. O Conselheiro José Guilherme elogiou o Projeto, destacando que é fundamental a inclusão e os valores éticos e morais na educação, discordando do sistema atual que considera desajustado à realidade portuguesa por seguir um modelo anglo-saxónico que está em declínio, na sua opinião. Terminou a sua intervenção, com a opinião de que se deveria parar e refletir no perfil de aluno que se quer. A Conselheira Paula Pitarra considera que este é um problema estrutural que se arrasta há anos e que nos tem sido imposto, lamentando que a cada vez que se promove uma mudança os professores não são ouvidos e não há uma discussão e partilha alargada às escolas, mas pensada e resolvida apenas nos gabinetes. O Diretor reconhece que nem o Sistema Educativo nem este Projeto são perfeitos, mas que, de acordo com a legislação, é o que se pode ter neste momento, assegurando um acompanhamento da sua aplicação e a realização dos reajustes necessários. Referiu ainda que o próprio sistema educativo precisa ser reestruturado, tendo em conta que atualmente as fontes de informação a que os alunos têm acesso, são muito diferenciadas, exigindo da escola que capacite os alunos na sua capacidade de gerir e analisar informação, à qual têm acesso, mas não estão estruturados para a compreender. Por fim, a Conselheira da Santa Casa da Misericórdia, Provedora Patrícia Seromenho, referiu que a História vai-se repetindo e temos uma tendência cultural a não aprender com os erros, notando-se cada vez mais um decréscimo na responsabilização dos alunos e das suas famílias e um crescente aumento das funções dos professores que, sem apoio nem resposta do Ministério da Educação, fazem o papel de professores, burocratas, psicólogos e família, em detrimento de lecionar conteúdos que vão sendo cada vez menos e com um nível de exigência cada vez menor, opinião partilhada pelo Conselheiro Hugo Gonçalves, um dos Representantes dos Encarregados de Educação. -----

---No **ponto quatro**, foi apresentado o Relatório Trimestral de Atividades (anexo IV), da responsabilidade da Direção com o Presidente a não deixar de reparar que não há qualquer referência a greves ou manifestações que, entretanto, ocorreram ainda em dezembro, nomeadamente junto ao portão da escola sede, em Ferreiras, por parte de docentes e não docentes. O Diretor respondeu dizendo que, por não terem sido significativas, não as mencionou, garantindo, porém, que no próximo Relatório Trimestral já será diferente, dado o volume e a duração das greves, marchas, manifestações, vigílias, cordões, entre outros exemplos de formas de luta, que ainda hoje decorrem e que são impossíveis de ignorar. Deste

Relatório foram destacados velhos temas como a falta de Pessoal Não Docente, sobrelotação das turmas e conseqüente falta de salas que já é uma situação muito presente, a falta de mobiliário e de computadores novos nas Bibliotecas Escolares em geral, para além do problema levantado anteriormente acerca da lentidão das reparações e pequenas obras, problema que está relatado nas páginas da Coordenação das Escolas do Primeiro Ciclo. Foram ainda referidos os constrangimentos que o programa E360 causa na organização dos professores, e principalmente nos Diretores de Turma, por ser lento, pouco intuitivo e em nada melhor do que o programa Inovar que antes tínhamos ao dispor, com o Diretor a concordar com o apontado. -

---No **ponto cinco**, foi aprovado por unanimidade o Plano Anual de Atividades (anexo V), com um elogio aos docentes promotores de todas as atividades, projetos e visitas de estudo realizadas e planeadas para este ano letivo, assim como à sua Coordenadora. Foi ainda solicitado que se acrescentassem o Projeto SER e o Projeto Crianças Ativas, promovido pela Câmara Municipal de Albufeira, e o Projeto Evoluidamente, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, na Escola Básica de Primeiro Ciclo dos Brejos. A respeito deste último projeto, a Provedora referiu que se trata de um projeto que visa a responsabilização parental e que vai terminar em abril, sendo que é sempre importante as escolas, e, neste caso, a Escola Básica dos Brejos, dar algum *feed-back* sobre o modo como decorreu o projeto e da utilidade para poder ser renovado. O Diretor, que não tinha conhecimento deste projeto, mas que o apoia, naturalmente, sugeriu que a Santa Casa informe a Direção ou a Coordenadora do Plano Anual de Atividades, professora Ana de Jesus, sobre os projetos que poderão interessar ao Agrupamento, tendo o Diretor fornecido o seu email para esse efeito. -----

---No **ponto seis**, o Presidente promoveu um voto de apoio às reivindicações dos docentes e não docentes, que desde dezembro iniciaram uma luta pelos seus direitos e valorização das suas profissões e carreiras. Este voto mereceu unanimidade de todos os presentes, reconhecendo-se as razões e a justeza das lutas que têm estado nas nossas escolas e nas escolas e ruas de todo o país. Aqui, a Representante da Associação de Pais, Filipa Alves, deixou um elogio aos docentes e não docentes do Agrupamento, pela luta firme, mas responsável que têm feito, reconhecendo que tem havido uma desvalorização dos docentes e não docentes e que estes chegaram ao seu limite. A Representante da Santa Casa, Provedora Patrícia Seromenho, quis ainda deixar o seu apoio aos docentes e não docentes, referindo o modo responsável e cívico como a luta tem decorrido, sem violência ou distúrbios. O Diretor, deu também ele o seu apoio aos docentes e não docentes, elogiando o bom senso demonstrado pelo pessoal docente e não docente que, na gestão das greves e manifestações ocorridas, permitiu que não se ultrapassassem limites, tendo havido um meio termo, conforme referido pela Conselheira Filipa Alves, sugerindo ainda que sejam encontradas novas formas de luta, com a participação dos pais. O Presidente encerrou o assunto e a reunião, garantindo ao Diretor e a todos os presentes, em nome de todos os professores, professoras e educadoras deste Agrupamento que, com novas formas ou velhas formas, a luta está para continuar durante o tempo que for preciso. -----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata, que será enviada a todos os Conselheiros/as para aprovação, dando-se por terminada a reunião. -----

---Depois de aprovada será assinada e disponibilizada no sítio do Agrupamento para consulta dos interessados, como habitualmente. -----

O Presidente da Reunião

Secretariada por
